

Educação Para Todos

EURIDES BRITO DA SILVA

No mundo de hoje há 900 milhões de pessoas analfabetas, das quais 42 milhões se encontram na América Latina e no Caribe. Cem milhões de crianças não têm oportunidade de frequentar a escola fundamental. Em contraste, com o equivalente ao custo de um submarino nuclear se poderia financiar o orçamento anual da educação de 23 países em desenvolvimento, para atender a 160 milhões de crianças em idade escolar. Estes foram alguns fatos candentes discutidos pela Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, realizada em Bangkok, Tailândia, no início deste mês, onde estive, em companhia da professora Ledja Austrilino, representando a equipe de transição do governo Collor.

Dentre as idéias antigas que costumam se repetir em declarações internacionais sucessivas, situou-se mais uma vez o compromisso de todos os países participantes erradicarem o analfabetismo e colocarem todas as crianças na escola. Creio que foi em 1958, pela primeira vez, que o Brasil assinou uma declaração como esta, o que não tem impedido que as ações se distanciem das belas palavras.

No entanto, muitas idéias novas surgiram, numa reunião fadada a ter significativas repercussões. Em primeiro lugar, destaco o alto nível do encontro, que foi aberto pela princesa herdeira do trono da Tailândia, do qual participaram numerosos primeiros-ministros, presidentes, ministros da Educação, Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, sinalizando o valor atribuído à educação. Não é esta certamente a primeira vez que isto ocorre, mas, depois de longos anos dominados pela descrença e pelo pessimismo em face da educação, é expressivo que a Conferência tenha reunido tão altas personalidades. Além disso, foram feitas importan-

tes declarações a respeito da universalização do ensino fundamental e sobre a importância da educação para o mundo. Dentre estas, destaco o discurso do presidente Rodrigo Borja, do Equador, em nome da América Latina e Caribe aos um mil 500 delegados, enfatizando as relações entre democracia e educação e entre desenvolvimento econômico e educação. Cada vez que se convoca um cidadão para eleições, se espera que sejam tomadas decisões acertadas sobre matérias de sua competência. Dessa forma, a educação é indispensável como antídoto aos regimes populistas, que tanto falseiam a democracia em nosso continente: "Devemos nos precaver para que os povos não caiam no engano da demagogia renditorista dos caudilhos populistas, que costumam oferecer o paraíso terrestre na primeira esquina. (...) Quanto mais educado é um povo, quanto mais capacitado está para exercer as responsabilidades da democracia, tanto mais distante estará da pirotecnia verbal da demagogia política e tanto mais perto estará das teses doutrinárias e programáticas da natureza impessoal".

Além disso, a educação tem a ver com a tecnologia e o desenvolvimento econômico, sobre os quais se baseia a ordem internacional:

"Porque o poder econômico não é senão tecnologia aplicada às tarefas da produção. O poder militar não é outra coisa além de tecnologia aplicada à guerra. O desenvolvimento industrial é também tecnologia na produção de grande escala, da mesma forma que o desenvolvimento agrícola que produz excedentes de alimentos não é outra coisa senão a tecnologia da cidade transferida às tarefas do cultivo da terra. A eficiente organização nacional é também tecnologia administrativa. Em suma, até o controle planetário da informação não é mais que a tecnologia aplicada à difusão planetária de categorias,

informações e valores éticos e estéticos que nascem dos países altamente desenvolvidos". Desse modo, os países que não conhecem nem produzem tecnologias, ficam cada vez à margem do sistema internacional, enquanto as pessoas que não as sabem utilizar — e nesse caso a condição básica é alcançar a educação fundamental — ficam à margem da sociedade.

As afirmações em si não são novas, porém colocadas no alvorecer de uma nova década e de um novo milênio, no contexto em que foram pronunciadas, autorizam a esperança de mudanças práticas.

Declarações como as que ouvimos são um novo alento e um novo desafio para que o Brasil não continue a ostentar o nível de marginalização de hoje. Não podemos continuar a distribuir verbas públicas ignorando as necessidades da maioria da nação brasileira, que não consegue sequer completar os oito anos de escolarização fundamental. É hora de se perguntar não só pelo efetivo cumprimento do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, como também pelo melhor aproveitamento dos recursos federais, estaduais e municipais. Estamos diante, ao mesmo tempo, do desafio do ontem e do amanhã: de um lado, não conseguimos democratizar a educação; de outro, não chegamos a dominar as tecnologias capazes de alterar nossa situação no panorama internacional. Para tanto, não basta difundir a educação que está aí, mas melhorá-la substancialmente, tendo em vista o milênio que se aproxima. Como nenhum país estaciona, temos o dilema de andar para o futuro ou continuar caminhando para trás.

Eurides Brito da Silva é professora titular da Faculdade de Educação da UnB e vice-presidente do Conselho Mundial da Sociedade de Educação Comparada